

N. 1 2010

REVISTA BRASILEIRA DE
Direito Administrativo
e Regulatório

MP
EDITORA

REVISTA BRASILEIRA DE
Direito Administrativo e Regulatório

DIRETOR RESPONSÁVEL
Marcelo Magalhães Peixoto

REVISÃO
Mônica A. Guedes

PROJETO GRÁFICO
Veridiana Freitas

EDITORÇÃO
Veridiana Freitas

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
ORGRAFIC

FONTE GARAMOND PRO | TRADE GOTHIC
MIOLO OFF SET 75 G/M²
CAPA SUPREMO DESIGN 250G/M²

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2010
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2482, 6. andar
01402-000 – São Paulo
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

ISSN: 2177-0476

N. 1 2010

REVISTA BRASILEIRA DE Direito Administrativo e Regulatório

COORDENADORES: Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega

CONSELHO EDITORIAL: André Ricardo Cruz Fontes
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti
Edilson Pereira Nobre Junior
Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
Luciana de Medeiros Fernandes
Luiz Alberto Gurgel de Faria
Marcos Nóbrega
Paulo Gesteira Costa Filho
Tânia Vainsencher
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega
Vladimir Rocha França



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti</i>	
INTERVENÇÃO REGULATÓRIA E FEDERAÇÃO	13
<i>André R. C. Fontes</i>	
REGULAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL – ESTRUTURA, AGENTE REGULADOR, DISTORÇÕES TARIFÁRIAS E CONTROLE JUDICIAL	27
<i>Giovanni Christian Nunes Campos</i>	
1. Evolução histórica do setor elétrico brasileiro	28
2. Estrutura do setor de energia elétrica brasileiro: geração, transmissão, distribuição e comercialização	33
3. Modelos de sistema elétrico e o caso brasileiro	35
4. Agência Reguladora no Setor de Energia Elétrica: características e algumas disfunções do regulador brasileiro e uma breve visão no direito comparado	37
5. O modelo tarifário brasileiro e suas distorções	44
6. Controle Judicial e o Caso COELCE	51
7. Conclusões	56
8. Bibliografia	59

LEI DO GÁS: UMA PRIMEIRA LEITURA	61
<i>Henrique Motta Pinto</i>	
1. Introdução: o gás natural e a Lei do Gás	61
2. Conhecendo a Lei do Gás	64
a) Concessão para os gasodutos de transporte	64
b) Construção e implantação de dutos e instalações para uso próprio	66
c) Incorporação de gasodutos ao patrimônio público (federal ou estadual) mediante desapropriação	68
d) Plano de contingência	69
O “ESTADO DA CRISE”	71
<i>Luciana de Medeiros Fernandes</i>	
CONTRATOS INCOMPLETOS E INFRAESTRUTURA: CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E PPPs	123
<i>Marcos Nóbrega</i>	
1. Introdução	123
1.1. O modelo contratual clássico	124
2. Custos de Transação	126
3. Modelo agente-principal	131
3.1. <i>Moral hazard</i>	133
3.2. O princípio da revelação	134
4. Contratos de infraestrutura	136
5. Conclusão	140
6. Bibliografia	140

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES NO
SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO 143

Paulo Gesteira Costa Filho

I. Considerações iniciais	143
II. A prorrogação de concessões no ordenamento em vigor	144
III. A tentativa de privatização da CESP	149
IV. Análise de requerimentos da CESP	151
4.1. Primeiro pleito: a suposta subsistência da Resolução ANEEL n. 425/2000	151
4.2. Análise do primeiro pleito da CESP	152
4.3. Segundo pleito: início de contagem de prazo	157
4.4. Conclusões parciais	163
V. A prorrogação de concessões em decorrência de privatização	163
5.1. A constitucionalidade dos arts. 27 e seguintes da Lei n. 9.074, de 1995	164
5.2. Posicionamento do Ministério Público Federal em casos correlatos	166
VI. Conclusões	170
VII. Bibliografia	171

REGULAÇÃO E FEDERALISMO NO SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO 175

Rodrigo Pinto de Campos

1. Introdução	175
2. O Modelo PLANASA: colaboração interfederativa sem regulação	177
3. O art. 13 da Lei Federal n. 11.107/05: balizas para a regulação em saneamento	180
4. Regulação e federalismo na Lei Federal n. 11.445/2007	183
4.1. A delegação da regulação entre entes federativos	183
4.2. O passo a passo para a construção de um modelo de regulação em saneamento	187
4.3. A experiência de regulação prévia à Lei Federal n. 11.445/2007	188
4.4. A regulação no caso de fracionamento da cadeia do serviço de saneamento	190

4.5. A regulação nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões	192
4.6. O controle social na Lei n. 11.445/2007	193
5. Conclusão	195
A REGULAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA DAS OSCIPs: UMA REFLEXÃO SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO	197
<i>Theresa Christine de A. Nóbrega</i>	
1. Possíveis paradigmas para a construção dogmática do termo de parceria	200
1.1. O convênio	202
1.2. O contrato de gestão	208
1.3. O contrato administrativo	214
2. Uma proposta de natureza jurídica para o termo de parceria	220
CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	225
<i>Vladimir da Rocha França</i>	